

SESSÃO TEMÁTICA

dossiê patrimônio

Mônica B. Rotman

Universidade de Buenos Aires

Alicia G. de Castells

Universidade Federal de Santa Catarina

Estudos sobre Patrimônio: Intervenção, Gestão e Identidades Locais

O presente Dossiê surgiu a partir da inquietude de reunir e dar a conhecer os trabalhos de um conjunto de pesquisadores com uma produção constante e interesse na problemática patrimonial. No transcurso destes últimos anos, temos compartilhado a participação em simpósios e grupos de trabalho, coordenando numerosos eventos acadêmicos de caráter nacional e internacional, cuja continuidade tem possibilitado um intercâmbio enriquecedor e tem gerado discussões ainda inconclusas. Os artigos aqui reunidos, produzidos por antropólogos e outros profissionais da área do patrimônio – de procedência nacional e institucional distinta, com variedades de experiências de pesquisa, com enfoques teóricos e objetos de estudo diversificados e com ênfases em diferentes dimensões da temática patrimonial –, constituem somente uma amostra da profícua produção atual sobre o patrimônio e procuram contribuir com esse campo fértil, numa situação de ampliação e redefinição permanente, que transcende nossas fronteiras disciplinares.

Um vínculo que reconhece uma profundidade temporal é o estabelecido entre patrimônio e cidade. Os estudos sobre esta área

têm se multiplicado e dinamizado; mantém-se o interesse pelos processos de *gentrificação* dos centros históricos, o que, por sua vez, enfatiza o valor econômico que adquire o patrimônio e seu *status* de objeto de consumo turístico. Por outra parte, intensifica-se na atualidade a reflexão sobre distintas instâncias dos processos de patrimonialização; são relevantes, a respeito, as questões concernentes aos dilemas da preservação: quem decide sobre o que deve ser preservado, que critérios seguem a referida seleção e quais são os parâmetros que regem esse processo.

Manuel Ferreira Lima analisa, em seu trabalho, o processo de tombamento da cidade de Goiânia, ocorrido em 2001, envolvendo um conjunto de elementos e prédios públicos considerados representativos do estilo *art déco*. O autor sustenta que o patrimônio tombado configura somente um dos modelos arquitetônicos presentes na cidade e manifesta suas dúvidas a respeito da sua representatividade; o *art déco* não pode ser considerado um ícone totalizador da identidade de seus habitantes; existem outras formas presentes que remetem a temporalidades e sociabilidades diversas. Nesta linha, Lima Filho identifica duas questões implícitas na problemática: a primeira se refere à tensão existente entre uma concepção de patrimônio que implica características de excepcionalidade e cristalização e um conceito de cultura compreendido em termos de hibridação e dinamismo; a segunda se relaciona com a idéia de preservação, implicando um contínuo transitar entre passado e presente e pressupondo simultaneamente questões de poder.

Natalia Miranda Vieira, em seu artigo, toma como ponto de partida a crescente relevância que tem adquirido, na atualidade, a competitividade entre cidades e a intervenção dos governos locais na construção de uma imagem urbana positiva e atrativa, de interesse para o turismo e as inversões econômicas. A autora sinaliza que, nesse contexto, a utilização do patrimônio constitui uma das principais ferramentas para a consecução daquele objetivo. Na procura por um *plus* de diferenciação que lhes outorgue um melhor posicionamento dentro de um mundo globalizado, as cidades apelam à revitalização de seus centros históricos e a uma valorização de suas manifestações culturais. Miranda

Vieira exemplifica este tipo de projeto, indefectivelmente acompanhado por uma estrutura de *marketing* (paradigma do urbanismo contemporâneo), através da análise dos casos de Salvador, Recife e São Luis, alargando a discussão sobre tipos de intervenção e modelos de gestão. No presente, a autora sustenta que cultura e turismo, história e *marketing* se associam numa nova configuração, frente a um mundo e a um mercado globalizado.

As atuais perspectivas na problemática patrimonial têm implicado uma abertura da categoria para novas interpretações e interessantes cruzamentos tanto conceituais como no nível empírico. Na atualidade, este olhar mais ampliado vem possibilitando uma abordagem crítica do tópico em relação aos “povos originários”. Renova-se, assim, a reflexão sobre o conceito de patrimônio, seu conteúdo, definição, alcance e pertinência, quando empregado em relação a populações indígenas.

Agenor José Teixeira Pinto Farias inscreve sua apresentação no marco de uma linha de pesquisa voltada ao estudo de populações indígenas em território brasileiro; dessa forma, postula uma re-atualização teórica dos estudos etnológicos. Tomando como critério destacado a indistinção cosmológica dos domínios sociedade, natureza e cultura, propõe a construção de “operadores cosmológicos” nativos.

Enfatizando o estudo sobre a etnicidade – com a construção da categoria etnia referida a visões de mundo particularizadas – como eixo aglutinador das distintas temáticas abordadas, o autor sustenta que isto possibilita o entrelaçamento entre os conceitos de patrimônio cultural e memória social/étnica. Sob o enfoque dessa perspectiva, retoma a distinção entre patrimônio material/intangível e recupera a aproximação da categoria à condição de “fato social total”.

Cecília Benedetti, a partir de um estudo de caso centrado na comunidade Chané de Campo Durán (Província de Salta, Argentina), analisa as práticas patrimonialistas em vinculação com a produção artesanal na Argentina, desde começos do século XX até a atualidade. A autora destaca como a consolidação do estado-nação implicaria basicamente o desenvolvimento de ações preservacionistas, implementadas no marco dos museus, incluindo a formação de desta-

cadascas coleções artesanais indígenas. Essa situação vai mudar na década dos 1960, com a intervenção de instituições estatais que se dedicaram à promoção da produção artesanal. Nesta etapa, o mercado se conformará como espaço privilegiado para a preservação e proteção de tais objetos. Atualmente, sustenta Benedetti, o fenômeno da atividade se dá por meio de organismos oficiais e não oficiais que sustentam a concepção do “patrimônio como recursos”, valorizando a “diversidade cultural”, associada ao paradigma do desenvolvimento local.

Nos estudos sobre patrimônio, os museus têm sido objeto alvo de atenção e contínua investigação. Na atualidade, tal interesse não apenas persiste, mas se revitalizou. Este fenômeno se vincula, em grande medida, às modificações específicas nas políticas de patrimonialização e reacomodações institucionais das entidades pertencentes (e responsáveis pela área), que estão ocorrendo em alguns de nossos países latino-americanos.

Carla da Costa Dias retoma o problema da intervenção do Estado na conformação e preservação de um patrimônio “nacional”, como parte de um projeto político. Focaliza sua investigação nas décadas de 1930 e 1940, nas práticas nacionalistas do “Estado Novo” em relação à construção de uma cultura comum, constituída como expressão e representação do Brasil. Nesse contexto, a autora se interessa pelo Museu Nacional em vinculação ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para compreender a trajetória do patrimônio etnográfico, tido como “popular”. Analisa a “Coleção Regional” – baseada no conjunto identificado como “Coleção Sertaneja” – e sinaliza sua contribuição para conformar no imaginário dos brasileiros a idéia de nação como totalidade e com caráter de unidade. Em tal sentido, as bases da integração nacional se erigiram sobre o território, que, ao mesmo tempo, emanava diversas representações e possibilitava advertir para a diversidade de seus aspectos e tipos humanos.

Diana Massa situa seu trabalho na área da prática comunicativa e analisa as características que adquire a transmissão de conhecimentos sobre o patrimônio cultural a visitantes escolares, no Museu

Nacional de Antropologia do México. Propõe entender a instituição como um espaço educativo onde se expressa um tipo de ritualidade cívica e se produzem tensões entre as distintas formas de ‘uso do passado. Faz uma reflexão sobre as modalidades da “visita dirigida” e focaliza sua atenção na relação entre “discurso histórico” e “memória comemorativa”. A autora analisa os mecanismos por meio dos quais a condição dual desse Museu incide nas práticas comunicativas destinadas ao público escolar, uma vez que foi concebido como instituição de investigação científica – característica vinculada à construção e difusão social do discurso científico, histórico/antropológico – e como monumento nacional – qualidade ligada à preservação da memória comemorativa da nação .

Um dos aspectos pelos quais se evidencia a crescente importância adquirida pela problemática patrimonial refere-se ao crescimento do número de instituições dedicadas a sua operacionalização, assim como à multiplicação de documentos sobre o tema elaborados por tais entidades. Nesse sentido, “os organismos internacionais” com ingerência em questões patrimoniais tornam-se agentes relevantes na dinâmica de sua operacionalização. Há um crescimento na produção de protocolos, normativas, declarações e recomendações emanadas dessas instituições; seu campo de ação é amplo: participam na definição de conceitos e na estipulação de critérios, ao mesmo tempo em que têm poder de reconhecimento sobre os patrimônios nacionais, atribuindo-lhes caráter de “patrimônio da humanidade”. Impõe-se, então, no presente, uma reflexão crítica sobre as categorias, os sistemas classificatórios implicados, as pautas de seleção e as normas regulatórias instauradas por esses organismos. Torna-se urgente, pois, examinar como as populações vivem as normas que as afetam, uma vez que elas comprometem seu território, sua cidade ou diretamente suas formas de vida.

Elena Belli e Ricardo Slavutsky refletem, em seu artigo, sobre o processo social gerado pela Declaratória da Quebrada de Humahuaca (Pcia. De Jujuy-Argentina) como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO em 2004.

Para os autores, a referida proclamação não implica meramente o reconhecimento de um conjunto de qualidades ambientais e culturais, mas comporta sua conversão no eixo de uma construção ideológica que adquire seu verdadeiro sentido no marco da atividade turística como alternativa econômica para a região. Belli e Slavutsky desconstroem minuciosamente o sistema de patrimonialização e o analisam como parte dos dispositivos hegemônicos; destacam os mecanismos de disciplina e controle social e a preeminência do Estado na gestão patrimonial, mas também enfatizam os movimentos e as ações de resistência encampadas pela população. Neste sentido, fazem uma reflexão sobre as complexas conseqüências derivadas de ter sido a Quebrada nomeada como “Paisagem Viva”.

A ampliação da noção de patrimônio tem implicado a possibilidade de inclusão, na categoria, de diversas manifestações culturais que registram temporalidades e origens diversificadas, assim como o reconhecimento de contribuições procedentes de diferentes setores sociais. Ainda que a dimensão política seja um aspecto presente em todo o processo de constituição e/ou preservação patrimonial, ela adquire uma visibilidade extrema e uma incidência imediata quando se trata de “produções culturais dos setores subalternos”. No mesmo sentido, cabe esclarecer que a intervenção estatal assume, nesses casos, um aspecto essencial na articulação patrimônio-políticas culturais. Torna-se, assim, pertinente e desejável, dado o atual estado da questão, prosseguir a reflexão sobre a intervenção antropológica nas agências e normas oficiais.

Alicia Martin aborda as complexas relações estabelecidas ente o Estado e os setores subalternos, quando suas formas culturais recebem o reconhecimento oficial e a “atribuição de um valor”. A partir de um estudo de caso sobre ações desenvolvidas por instituições oficiais, direcionadas à promoção das artes carnavalescas típicas da Cidade de Buenos Aires, a autora revisa o fenômeno de reprodução das denominadas “murgas” ou “centro-murgas” durante as últimas décadas e o vincula às políticas públicas. Martin sustenta que a participação dos agentes do governo local em ações de preservação e promoção do carnaval portenho envolve concepções sobre o valor a

Winkas e Mapuches - producción cultural y oferta turística en una aldea de montaña... preservar, critérios a respeito da identificação das formas tradicionais e autênticas e ações de intervenção, que configuram e sustentam uma “versão oficial” do fenômeno, ao mesmo tempo em que produzem a transformação dessa arte popular em outra coisa, diferente do patrimônio que inicialmente se procurou resguardar.

Alicia González de Castells propõe a análise de alguns aspectos relativos à inclusão do Sítio de Valongo (Porto Belo-Santa Catarina) no Inventário Nacional de Referências Culturais, processo implementado no período 2005-2007 por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores. Trata-se de uma comunidade rural, na condição de descendentes de escravos, que praticam ainda a agricultura e para os quais a terra conforma um valor inclusivo de múltiplos usos e significados. A autora sinaliza a particularidade do caso, a de ser plausível de duas formas de reconhecimento: uma ligada às categorias do INRC e a outra vinculada à sua envergadura política como sítio de remanescentes de quilombos. Esta dupla inscrição, como bem de referência cultural e como bem de propriedade de direito amparada pela Constituição, remete a uma concepção de patrimônio, conjuntural, vinculada às atuais modificações em sua conceitualização e aos desenvolvimentos produzidos nas normas das agências oficiais. Enquadrado o sítio na categoria de “lugar”, a análise do caso lhe permite também refletir sobre o papel de ‘mediador’ que exerce o antropólogo nesses complexos processos de patrimonialização.